

Frantz Fanon e Paulo Freire: diálogos sobre relações étnico-raciais e educação emancipadora no curso de Educação do Campo da UFSC

Emeson Tavares da Silva¹

Resumo

As questões étnico-raciais são fundamentais para a construção de uma educação crítica e emancipadora. A partir de suas obras, Frantz Fanon e Paulo Freire oferecem importantes contribuições para o entendimento e a abordagem dessas questões na educação. Este artigo explora como os pensamentos desses autores podem ser integrados nas aulas sobre relações étnico-raciais do curso de Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina, oportunizando uma formação que valorize a diversidade cultural, promova a conscientização crítica e lute contra o racismo.

Palavras-chave

Frantz Fanon. Paulo Freire. Educação Emancipadora. Relações étnico-raciais. Educação do Campo.

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; estágio pós-doutoral pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, Brasil; professor do Departamento de Educação do Campo e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. E-mail: e.tavares@ufsc.br.

Frantz Fanon and Paulo Freire: dialogues on ethnic-racial relations and emancipatory education in the Countryside Education course at UFSC

Emeson Tavares da Silva²

Abstract

Ethnic-racial matters are fundamental to the construction of a critical and emancipatory education. Frantz Fanon and Paulo Freire, through their works, offer important contributions to understanding and approaching these issues in education. This article explores how Fanon and Freire's thoughts can be integrated into classes on ethnic-racial relations in the Rural Education course at the Federal University of Santa Catarina, providing training that values cultural diversity, promotes critical awareness, and fights against racism.

Keywords

Frantz Fanon. Paulo Freire. Emancipatory Education. Ethnic-racial relations. Countryside Education.

² PhD in Social History from the Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil; post-doctoral internship at the State University of Ponta Grossa, State of Paraná, Brazil; professor at the Department of Rural Education and the Postgraduate Program in History Teaching at the Federal University of Santa Catarina, State of Santa Catarina, Brazil. E-mail: emersontavarescb@gmail.com.

Introdução

Frantz Fanon e Paulo Freire são dois pensadores que, embora tenham atuado em contextos e realidades distintas — Fanon na luta anticolonial africana e Freire na educação popular latino-americana —, oferecem contribuições fundamentais para o debate sobre descolonização e educação emancipadora. Ambos dedicaram suas vidas à compreensão das dinâmicas de poder e opressão que permeiam as relações sociais, buscando caminhos para a transformação das estruturas injustas e desiguais.

Neste artigo, exploraremos os diálogos entre Frantz Fanon e Paulo Freire, destacando as convergências e divergências em suas abordagens sobre descolonização e educação. Nosso objetivo é compreender como as ideias desses dois pensadores podem dialogar de maneira produtiva, oferecendo *insights* valiosos para a construção de práticas educativas mais justas, inclusivas e emancipadoras.

Este texto é originado a partir de nossas experiências com os dois autores nas aulas de Relações Étnico-raciais do curso de Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina. Nesse contexto, os diálogos entre Frantz Fanon e Paulo Freire oferecem uma base teórica rica e interdisciplinar para a compreensão das realidades sociais, culturais e políticas enfrentadas pelos diferentes sujeitos do curso. Ambos os pensadores dedicaram suas vidas à luta contra a opressão e à promoção da emancipação dos oprimidos, oferecendo perspectivas complementares que podem enriquecer o processo educativo nos territórios e nas comunidades de origem dos estudantes do curso.

Considerando que no curso de Educação do Campo as escolas do campo devem ser espaços de resistência e construção de novas formas de sociabilidade, pautadas na justiça social e na igualdade de oportunidades, uma educação de qualidade exige uma formação docente que considere as especificidades do campo e prepare os professores para atuar de forma crítica e transformadora.

Iniciaremos apresentando brevemente o contexto histórico e intelectual em que Fanon e Freire desenvolveram os trabalhos deles, destacando as principais obras que serão objeto de nossa análise. Em seguida, examinaremos os principais temas abordados por cada um, como a descolonização, a conscientização, o papel da educação na transformação social e a valorização dos saberes locais.

Ao longo do texto, procuraremos identificar pontos de convergência entre Fanon e Freire, destacando como as análises deles complementam-se e enriquecem-se mutuamente. Ao

mesmo tempo, reconheceremos as diferenças em suas perspectivas, respeitando a singularidade de cada pensador e as particularidades de seus contextos históricos e culturais.

Por fim, refletiremos sobre a relevância contemporânea das ideias de Fanon e Freire, especialmente no contexto de lutas antirracistas e descolonizadoras que ainda persistem em nossa sociedade. Nossa intenção é contribuir para um diálogo fecundo entre teoria e prática, inspirando educadores e ativistas a continuarem buscando caminhos para a construção de um mundo mais justo, solidário, igualitário e ecologicamente sustentável.

Frantz Fanon: descolonização e violência

Frantz Fanon, renomado psiquiatra e pensador anticolonialista, emergiu como uma voz crucial durante os movimentos de libertação nas colônias africanas e caribenhas no século 20. Central em seu trabalho é a interseção entre descolonização e violência, temas explorados com profundidade em sua obra *Os condenados da Terra* (2005):

A descolonização é sempre um fenômeno violento. A descolonização não passa de substituir uma 'espécie' de homens por outra 'espécie' de homens. Sem transição, existe uma substituição total, completa, absoluta. De fato, a mais pequena consideração, a mais ínfima compreensão da descolonização nos força a ver como a descolonização introduz no ser humano uma estrutura de duas metades rivais. Esta luta, que põe em contato direto os opressores e os oprimidos, investe o campo de violência primária. É um confronto violento da qual a morte do colonizador e do colonizado surgem como uma questão inelutável (Fanon, 2005, p. 51).

Para Fanon, a descolonização não é apenas um processo político, mas psicológico e cultural. Ele argumenta que a violência é uma parte intrínseca e inevitável da descolonização, um meio pelo qual os colonizados se libertam da opressão e reivindicam a própria humanidade. Fanon desafia a narrativa pacifista, defendendo a legitimidade da resistência violenta contra o colonizador.

Para entender a relação de Fanon com a violência, é essencial considerar o contexto em que ele escreveu. Vivendo na Argélia durante a guerra de independência contra a França, Fanon testemunhou, em primeira mão, a brutalidade do colonialismo e a resistência feroz dos argelinos. A experiência dele como psiquiatra também o levou a examinar as consequências psicológicas do colonialismo, especialmente a alienação e a neurose que afetam os colonizados. Em *Pele negra, máscaras brancas* (2008), Fanon levanta uma questão colocada pelo

colonizado, do ponto de vista de sua situação existencial: de que modo podemos superar essa alienação de nossa cultura e de nós mesmos?

[...] A alienação do colonizado não está apenas em sua condição econômica, mas também, e acima de tudo, em sua condição psicológica. Ele é constantemente confrontado com a negação de seu valor humano, o que gera um complexo de inferioridade que é reforçado pelo sistema colonial (Fanon, 2008, p. 34).

Frantz Fanon expõe, em sua obra *Os condenados da Terra* (2005), como a violência presidiu a instauração do mundo colonial e provocou a destruição de formas sociais autóctones, identificando os antagonismos que geram a situação colonial e que, a partir dos enfrentamentos, se dão por todos os meios, inclusive o da violência, pois:

O colonizado que decide realizar esse programa, que decide fazer-se o seu motor, está preparado desde sempre para a violência. Desde o seu nascimento, está claro para ele que esse mundo encolhido, semeado de interdições, só pode ser questionado pela violência absoluta (Fanon, 2005, p. 53).

Nesse sentido, o autor explana a violência como oriunda do processo colonial, sendo também um elemento de ruptura, de destruição do mundo colonial, visto que, ao analisar o colonialismo, percebe a repetição da violência e as consequências traumáticas das guerras, inclusive de libertação. Fanon define que os valores coloniais se afirmam pela violência e são impostos aos colonizados de forma processual, contestando a essência do ser e pelo exercício da violência, os colonizados transformam-se no movimento de sua práxis, no seu projeto de libertação.

Vimos como essa violência, durante toda a duração do período colonial, embora à flor da pele, cai no vazio. Nós a vimos canalizada pelas descargas emocionais da dança ou da possessão. Nós a vimos esgotar-se nas lutas fratricidas. Apresenta-se agora o problema de observar essa violência ao se reorientar. Antes ela se comprazia nos mitos e descobria ocasiões de suicídio coletivo; agora condições novas lhe permitem mudar de orientação (Fanon, 2005, p. 76).

Dessa forma, Fanon vincula os aspectos de violência ao fenômeno do colonialismo, racismo e da exploração econômica, tecendo críticas ao imperialismo. Um dos elementos centrais na obra *Os condenados da Terra* (2005) é tornar a violência um aspecto de crítica ao colonialismo, além de estratégia de libertação e luta, pois a situação que o sistema colonial impõe é de extrema banalização da indiferença.

A colonização acaba transformando-se em uma única linguagem: a violência. Dentro dessa relação de forças “o camponês, o desqualificado, o faminto são os explorados que descobrem mais depressa que só a violência compensa” (Fanon, 2005, p. 78). Não obstante, a partir dessa relação, reflete-se que o colonialismo é a violência em estado natural e só pode inclinar-se diante de uma violência maior.

Fanon acreditava que a violência não era apenas uma resposta legítima à opressão, mas uma força transformadora que poderia remodelar a consciência e a identidade dos colonizados. Ele a viu como uma expressão legítima da raiva e da indignação acumuladas ao longo de séculos de exploração e degradação. No entanto, o autor reconheceu os perigos dela descontrolada e do culto à violência pela violência. Ele defendeu uma abordagem pragmática e estratégica, em que a violência fosse direcionada e canalizada para objetivos políticos claros, como se verifica na seguinte passagem de *Os condenados da Terra* (2005):

O povo colonizado, que se libertou da violência colonial por meio de sua própria violência, se encontra diante da violência exercida entre si. A violência, que foi um elemento positivo, criador e libertador durante a fase de luta anticolonial, pode transformar-se em elemento negativo, destruidor e autodestruidor se não for controlada. [...] O culto à violência pela violência não deve nos fazer esquecer que a verdadeira liberação do homem não está apenas na destruição das estruturas coloniais, mas na construção de uma nova ordem social baseada na justiça, na igualdade e na paz (Fanon, 2005, p. 66).

Além das questões mencionadas acima, Fanon sublinha a necessidade de uma transição cuidadosa e consciente para uma sociedade justa após a luta anticolonial. Esta análise continua a ressoar em contextos contemporâneos de luta anticolonial e anti-imperialista. A defesa dele da resistência violenta levanta questões profundas sobre a ética da violência política e o equilíbrio delicado entre meios e fins na busca pela liberdade e justiça. Embora sua posição seja controversa e sujeita a críticas, não se pode negar o impacto duradouro das ideias do autor sobre a descolonização e a luta pela emancipação global.

Temos observado que as obras de Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas* (2008) e *Os condenados da Terra* (2005), oferecem uma base teórica e prática essencial para a compreensão e abordagem das questões étnico-raciais nas aulas do curso de Educação do Campo.

Acredita-se que a Educação do Campo, com todo o histórico de luta e organização que possui, seja capaz de dar visibilidade às questões raciais, considerando os processos histórico, social e cultural que envolvem o povo negro campesino e a trajetória de vida deles, buscando estratégias para consolidação da Lei 10.639/2003 e a construção de uma Educação do Campo

antirracista. Outrossim, seja também capaz de discutir a formação do Estado racista que foi condição para a consolidação do capitalismo brasileiro, o que implicará imediatamente no (re)exame da estrutura fundiária brasileira e dos pactos feitos pelas elites, além das ocupações e lutas em torno da terra, categoricamente racializadas.

Temos, na história do nosso país, um legado marcado pela colonização baseada no regime escravocrata que se fez presente por quase quatro séculos, e mesmo após a abolição da escravatura no ano de 1888, sabe-se que negros e negras seguiram sentindo o peso e as consequências deste regime – especialmente pelos modos com que as hierarquias raciais se arranjaram depois da abolição – que incide sobre as vidas dessas pessoas ainda atualmente, fazendo-os experimentar todos os dias os efeitos do racismo que se reproduzem por meio dos indivíduos e das instituições.

As análises de Fanon sobre o impacto psicológico e social do colonialismo, bem como as reflexões dele sobre a descolonização são cruciais para formar professores e professoras conscientes das dinâmicas de opressão e capazes de promover uma educação emancipadora e inclusiva.

Em *Pele negra, máscaras brancas* (2008), o autor demonstra como o racismo e o colonialismo afetam a identidade e a psique das pessoas negras. Fanon descreve a dualidade forçada sobre os negros, que são compelidos a adotar diferentes comportamentos e identidades, dependendo do contexto social, resultando em uma forma de alienação e autoalienação. Ele afirma:

O negro tem duas dimensões. Uma com seus semelhantes, a outra com os brancos. Um negro se comporta diferentemente com um outro negro e com um branco. Isso o divide. [...] Ele é como alguém que carrega uma máscara e passa a acreditar que essa máscara é sua verdadeira face (Fanon, 2008, p. 33).

Nas aulas de Relações Étnico-Raciais do curso de Educação do Campo da UFSC, essa análise é fundamental para discutir como os processos de colonização e racismo estruturam as identidades e as relações sociais. A compreensão da alienação pode ajudar os/as estudantes a refletirem sobre as próprias experiências e das comunidades em que vivem, promovendo uma educação que valorize a identidade e as particularidades do território. O estado de Santa Catarina é constituído majoritariamente por pessoas não negras e não indígenas. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Santa Catarina tem uma população em que a maioria das pessoas se autoidentifica como branca. As comunidades de origem alemã e italiana são particularmente influentes no estado, contribuindo para uma cultura

e identidade local marcadas por tradições europeias, o que demonstra um esforço e necessidade veemente de discutir essa pauta em sala de aula, incorporando as histórias, as tradições e as perspectivas dos grupos raciais minoritários no currículo escolar.

Desse modo, devemos considerar que o sistema educacional é um meio de socialização e que, em muitos momentos, acaba por reproduzir uma ideologia em relação à raça, reforçando os privilégios de uma etnia em detrimento de outras. Nas escolas, encontraremos o tempo todo professores e professoras – formados por uma educação de cunho racista – estimulando tipos de comportamentos, apagando saberes, invisibilizando lutas raciais que só reforçam atitudes de superiorização da branquitude em relação às demais etnias, de forma que a escola, local ideal para refletir e integrar as diferentes realidades culturais e raciais, na maioria das vezes, acaba reproduzindo a lógica etnocêntrica, e, em consequência disso, valores e preconceitos sustentam os mecanismos de produção das várias formas de exclusão e desigualdades sociais. Assim, é urgente que a escola reflita e (re)examine suas estruturas, concepções ideológicas e metodológicas, a fim de realizar um trabalho educativo que de fato atenda a todos/as.

Paulo Freire: educação popular, conscientização e emancipação

Paulo Freire, um dos mais influentes educadores e filósofos do século 20, desenvolveu uma pedagogia que buscava a conscientização e a emancipação dos oprimidos. A metodologia e filosofia educacional dele têm um impacto significativo na educação do campo, um contexto que envolve populações muitas vezes marginalizadas e desprovidas de acesso equitativo à educação de qualidade.

No contexto da educação do campo, a prática educativa é destinada aos sujeitos do campo, das águas, das florestas e às populações das periferias urbanas, considerando as especificidades culturais, sociais e econômicas deles. Historicamente, essas comunidades enfrentam desafios como a falta de infraestrutura, recursos limitados, e currículos que não refletem as realidades e necessidades de cada um.

Nesse contexto, a discussão de Paulo Freire torna-se essencial pois ele acreditava que a educação deveria ser um processo de libertação em que os educandos participassem ativamente da construção do conhecimento. Na obra mais conhecida dele, *Pedagogia do oprimido* (1980), Freire apresenta o conceito de conscientização, que é o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a realidade social, política e econômica:

O opressor não é solidário com os oprimidos senão quando deixa de olhá-los como uma categoria abstrata e os vê como pessoas injustamente tratadas, privadas de suas palavras, de quem se abusou ao venderem seu trabalho; quando cessa de fazer gestos piedosos, sentimentais e individualistas e arrisca um ato de amor. A verdadeira solidariedade não se encontra senão na plenitude deste ato de amor, em sua realização existencial, em sua práxis (Freire, 1980, p. 59).

Freire afirma que para haver uma libertação é necessário, primeiro, haver uma mudança radical na mentalidade dos oprimidos. Estes estão tão imersos na realidade opressiva que não possuem uma percepção clara de si mesmos, pois seu modelo de humanidade é o modelo da opressão e para se constituírem como seres humanos precisam ser como os opressores, esses representam o “tipo de homem” dele. Freire afirma que “é raro o caso de um camponês, promovido a chefe, que não seja mais tirano em relação aos seus antigos camaradas que o próprio proprietário” (Freire, 1980, p. 58).

Nesse sentido, é preciso que nasça um “homem novo”, que não seja opressor nem oprimido, mas esteja em fase de libertação. Pois os opressores não podem nem libertar-se, nem libertar os outros e não é simplesmente invertendo os papéis que a opressão cessará. Para o autor, uma característica do oprimido é o desprezo por si mesmo, que ocorre devido à interiorização da opinião dos opressores sobre ele, de tanto escutarem que são inferiores e incapazes, eles acabam acreditando nisso e devido à essa falta de confiança que possuem e da crença no poder do opressor, os oprimidos são emocionalmente dependentes.

Freire também defendia uma educação dialógica. O diálogo entre educadores e educandos é fundamental para o processo de aprendizagem: “[...] a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade” (Freire, 1980, p. 15). Ele identifica o ser humano como capaz de objetivar a realidade com a qual entra em contato e atua sobre ela de maneira crítica, a fim de transformá-la e, como consequência, transformar a si mesmo diante da nova realidade produzida (Freire, 1980).

Para Paulo Freire, o diálogo é construção teórica, atitude e prática pedagógica. É relação objetividade-subjetividade, tem fundamento e conteúdo; portanto, é uma categoria teórica. Como atitude e prática pedagógica, requer reciprocidade na atitude de fala e escuta e tem como fundamento o amor, a tolerância, a humildade e a esperança.

Na prática dialógica, Freire ressalta que a atitude de escuta é tão importante quanto a fala, pois o sujeito que escuta sabe que o que há para ser dito tem valor semelhante à fala dos outros. Desse modo, o saber escutar refere-se não apenas a silenciar para dar vez à fala do outro, mas a estar na posição de disponibilidade, de abertura às diferenças. Isso não se assemelha à

aceitação incondicional, a tudo o que o outro pensa e diz, mas é o exercício da escuta sem preconceitos que possibilita a reflexão crítica e o posicionamento consciente.

Assim sendo, as pessoas em situação de fala-escuta assumem posição de reciprocidade: quem fala quer ser ouvido, compreendido, respeitado; quem escuta também quer ter sua oportunidade de falar com as mesmas condições e iguais direitos. Essas situações ampliam as competências comunicativas necessárias para a convivência democrática na sociedade contemporânea, as situações pedagógicas, e qualifica a relação docente-discente, pois o diálogo implica ausência do autoritarismo e, ao mesmo tempo, modos de lidar com a tensão permanente entre a autoridade e a liberdade.

Para Freire, o silêncio ocupa lugar de destaque no diálogo, é fundamento, como pode ser compreendido na seguinte passagem:

A importância do silêncio no espaço da comunicação é fundamental. De um lado, me proporciona que, ao escutar, como sujeito e não como objeto, a fala comunicante de alguém, procure entrar no movimento interno do seu pensamento, virando linguagem; de outro, torna possível a quem fala, realmente comprometido com comunicar e não com fazer puros comunicados, escutar a indagação, a dúvida, a criação de quem escutou. Fora disso, fenece a comunicação (Freire, 2003, p. 117).

O amor também é fundamento do diálogo. De acordo com Paulo Freire, “[...] se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo” (Freire, 2001, p. 80). Mas não se trata, segundo o autor, de um sentimento ingênuo ou romântico de afeição, ele se caracteriza por relações autênticas de respeito, tolerância e empatia entre pessoas que compartilham ideais na busca da humanização. O diálogo só é possível com humildade, pois, quando existe o sentimento de que cada um acredita ser superior ao outro, esses não podem tornar-se companheiros de “pronúncia do mundo”. O diálogo requer confiança, fé no outro. Para Paulo Freire “não há também diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer, de criar e recriar” (Freire, 2001, p. 81). Em outros termos, são condições para a prática do diálogo escuta, silêncio, crença no outro, respeito. Alia-se a essas condições a esperança crítica, mobilizadora do diálogo.

Portanto, o diálogo é fundamentado pelo amor, a tolerância, a humildade e a capacidade de escuta como conteúdo e atitude da prática educativa. A esperança crítica, por sua vez, move o diálogo, pois o sujeito inacabado e consciente do inacabamento tem uma prática dialógica porque acredita na transformação da realidade, ou seja, “[...] a esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria história, mas puro determinismo”

(Freire, 2003, p. 72). Para a relação dialógica ser estabelecida, um clima de abertura, de participação, torna-se condição necessária.

De acordo com Mônica Molina (2006), o que vai diferenciar o diálogo da Educação do Campo em relação a outros sobre educação, é o fato desta estar permanentemente relacionada às questões do desenvolvimento local e do território no qual se materializa, constituindo-se como um modelo de educação que apresenta uma reflexão sobre o projeto de nação que se deseja construir, de tônus popular e revolucionário, tendo como centro a desigualdade entre as classes e, por isso, ocupando-se dos trabalhadores camponeses e suas perspectivas. Logo, pensar a Educação do Campo é pensar em um projeto educacional que peresse o território e dialogue com as formas de vida, com a cultura, o trabalho, os conflitos, organização desses sujeitos. Para Roseli Caldart (2008; 2009), é necessário pensar o campo como um espaço que está em pleno movimento epistemológico, ontológico e educativo, contextualizando diversas existências.

A respeito da origem da Educação do Campo, Molina (2015) destaca que

Falar de Educação do Campo, de acordo com sua materialidade de origem, significa falar da questão agrária; da Reforma Agrária; da desconcentração fundiária; da necessidade de enfrentamento e de superação da lógica de organização da sociedade capitalista, que tudo transforma em mercadoria: a terra; o trabalho; os alimentos; a água, a vida (Molina, 2015, p. 381).

São inegáveis, portanto, as contribuições da Educação do Campo e dos movimentos sociais no que tange às lutas pelo direito à reforma agrária, aos direitos previdenciários, ao acesso ao crédito, saúde e educação da população do campo, sendo entendidas como projetos voltados à formação integral do sujeito do campo. Esses movimentos vêm, ao longo da história, contribuindo com diversos debates e construções teóricas relacionados à vida no campo e a defesa de elementos que representam a própria existência dos campesinos. Desse modo, trabalhar com as questões étnico-raciais no contexto da Educação do Campo é urgente e necessário para o enfrentamento do racismo, preconceitos e exclusões que afetam e oprimem a população negra.

A educação dialógica promove a participação ativa dos estudantes, tornando-os protagonistas do processo educativo. Isso é crucial para as populações do campo, das águas e das florestas que, muitas vezes, têm os conhecimentos e modos de vida deles marginalizados pela educação formal. Ao promover a conscientização e o diálogo, a educação freireana empodera os educandos a agir sobre as realidades que vivenciam. Eles são incentivados a se

organizarem, reivindicarem direitos e buscarem melhorias para suas comunidades, contribuindo para a transformação social.

Paulo Freire, ao defender uma educação dialógica, proporcionou uma nova visão para o processo educativo, uma visão particularmente relevante para as comunidades rurais, ribeirinhas e periféricas urbanas. Por meio do diálogo, da valorização dos saberes locais e da promoção da conscientização, a pedagogia freireana cria um ambiente de aprendizagem inclusivo e transformador. Essa abordagem não só enriquece a educação formal, mas capacita os educandos a se tornarem agentes ativos de mudanças nas comunidades deles.

Convergências entre Frantz Fanon e Paulo Freire

Das aulas de Relações Étnico-Raciais, no curso de Educação do Campo da UFSC, observamos alguns pontos convergentes entre Frantz Fanon e Paulo Freire, que oferecem uma base sólida para explorar questões profundas relacionadas à identidade, opressão e emancipação. Aqui estão alguns pontos convergentes que podem ser explorados:

Crítica ao colonialismo e à dominação cultural

Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1980), critica o colonialismo ao argumentar que a educação bancária, imposta pelo colonizador, desumaniza os educandos ao transformá-los em receptáculos passivos de conhecimento. Ele enfatiza a necessidade de uma educação libertadora que capacite os oprimidos a reconhecerem e desafiarem as estruturas de dominação.

Frantz Fanon, em *Os Condenados da Terra* (2008), aborda as dinâmicas psicológicas e culturais do colonialismo, destacando como o colonizador impõe a cultura e os valores dele sobre os colonizados, resultando na alienação e negação das identidades locais. Fanon advoga pela descolonização não apenas física, mas mental, para que os colonizados possam recuperar identidades e culturas.

Ambos os autores estão unidos na crítica à exploração colonial, defendendo a valorização das culturas locais e a necessidade de uma educação que promova a conscientização e a libertação dos oprimidos.

Valorização das culturas locais e identidades étnicas

Paulo Freire e Frantz Fanon convergem na valorização das culturas locais e identidades étnicas como parte essencial da luta contra a opressão colonial e da promoção da emancipação dos povos oprimidos.

Tanto Freire quanto Fanon reconhecem a importância da diversidade cultural e étnica como uma fonte de riqueza e vitalidade. Eles valorizam as tradições, práticas e formas de vida das comunidades locais como expressões legítimas da identidade e da experiência humana. Ambos criticam a imposição de uma cultura dominante sobre as comunidades colonizadas como uma forma de desumanização e opressão. Freire denuncia a educação bancária, que impõe os valores e conhecimentos do colonizador sobre os educandos, enquanto Fanon analisa como a assimilação cultural nega a identidade e a dignidade dos colonizados.

Freire e Fanon acreditam que a valorização das culturas locais e identidades étnicas é fundamental para o empoderamento dos povos oprimidos. Ao reconhecer e celebrar as próprias culturas, os oprimidos podem desenvolver uma autoestima positiva e resistir à dominação cultural imposta pelo colonizador. Ambos defendem uma educação que respeite e valorize as culturas locais e identidades étnicas dos educandos.

Freire propõe uma pedagogia do diálogo, os saberes dos educandos são considerados parte integrante do processo educativo. Da mesma forma, Fanon argumenta que a educação deve capacitar os colonizados a rejeitar a inferioridade cultural imposta pelo colonizador e afirmar suas próprias identidades. Ambos compartilham uma visão de que a valorização das culturas locais e identidades étnicas é essencial para a promoção da dignidade, da liberdade e da justiça para os povos oprimidos. Eles reconhecem que a luta pela emancipação não se limita apenas à esfera política ou econômica, mas abrange a esfera cultural e identitária.

Educação como instrumento de conscientização e libertação

Paulo Freire e Frantz Fanon convergem na visão da educação como um instrumento poderoso de conscientização e libertação dos oprimidos. Tanto Freire quanto Fanon enfatizam a importância da conscientização como um processo pelo qual os oprimidos desenvolvem uma compreensão crítica da realidade social e política deles. Freire descreve a conscientização como a capacidade de “ler o mundo” e compreender as estruturas de poder que perpetuam a opressão. Da mesma forma, Fanon argumenta que os colonizados devem se libertar da “falsa consciência” imposta pelo colonizador e reconhecer as condições da própria opressão.

Ambos os pensadores acreditam que a educação pode capacitar os oprimidos a se tornarem agentes ativos na transformação da própria realidade. Freire propõe uma educação libertadora que permite aos educandos assumirem um papel crítico e ativo na sociedade, enquanto Fanon argumenta que a luta pela libertação deve ser liderada pelos próprios oprimidos, e não por elites ou intelectuais externos. Tanto Freire quanto Fanon veem a educação como um meio de promover a transformação social e política. Eles argumentam que a conscientização dos oprimidos pode levar à ação coletiva e à luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Freire propõe uma pedagogia baseada no diálogo e na participação, os educandos tornam-se autores de seu próprio processo educativo. Da mesma forma, Fanon vê na luta pela descolonização uma oportunidade de recriar a sociedade em termos mais humanos e igualitários.

Tanto Paulo Freire quanto Frantz Fanon compartilham a visão da educação como um instrumento de conscientização e libertação dos oprimidos, permitindo-lhes reconhecer e desafiar as condições de sua própria opressão e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Nas aulas de Relações Étnico-Raciais, esses conceitos podem ser aplicados ao discutir como a educação pode ser utilizada para fortalecer a identidade étnica e promover a resistência contra práticas discriminatórias e opressoras.

Ação coletiva e transformação social

Tanto Freire quanto Fanon acreditam que a transformação social requer ação coletiva e solidariedade entre os oprimidos. Freire argumenta que a conscientização dos oprimidos pode levá-los a se unirem em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Da mesma forma, Fanon vê na luta coletiva a única maneira de os colonizados alcançarem a emancipação e se libertarem das estruturas de poder coloniais.

Ambos os pensadores enfatizam a importância da organização e da mobilização popular como formas de resistência e luta política. Freire propõe uma educação que capacite os educandos a se organizarem e a agirem de forma coletiva para transformarem a realidade em que vivem. Da mesma forma, Fanon argumenta que os colonizados devem se unir e se organizar para desafiar a dominação colonial e reivindicar a própria autonomia e dignidade.

Tanto Freire quanto Fanon veem a conscientização como um primeiro passo crucial para a ação coletiva. Freire argumenta que os oprimidos precisam primeiro entender as estruturas de poder que os oprimem antes de poderem desafiá-las efetivamente. Da mesma forma, Fanon

argumenta que os colonizados devem, primeiro, reconhecer a própria condição de opressão antes de se mobilizarem para resistir.

A preocupação dos autores não era apenas com a mudança de indivíduos, mas também com a transformação das estruturas sociais e institucionais que perpetuam a opressão. Freire propõe uma educação que capacite os oprimidos a desafiar as estruturas de poder e a buscar mudanças sistêmicas. Da mesma forma, Fanon argumenta que a luta pela descolonização deve incluir a transformação das instituições coloniais e a criação de novas estruturas políticas e sociais que garantam a igualdade e a justiça para todos.

Diálogo e valorização das experiências locais

Os autores enfatizam o diálogo como uma prática educacional fundamental. Freire, na obra *Pedagogia do Oprimido* (1980) propõe uma educação baseada no diálogo horizontal, entre professores e estudantes, em que o conhecimento é construído e as experiências dos estudantes são valorizadas. Da mesma forma, Fanon, embora não diretamente ligado à educação formal, enfatiza a importância do diálogo interno e externo como parte do processo de conscientização e descolonização.

Tanto Freire quanto Fanon valorizam as experiências locais dos oprimidos e colonizados como fontes legítimas de conhecimento e resistência. Freire propõe uma educação que integre os saberes locais dos educandos no processo de aprendizagem, permitindo-lhes contextualizar o conhecimento acadêmico com as próprias realidades. Fanon, por sua vez, argumenta que a recuperação e valorização das experiências locais são essenciais para a reconstrução das identidades e resistência aos padrões de dominação cultural e social impostos pelo colonialismo.

Os autores estão preocupados em desconstruir as hierarquias de poder e as relações de dominação que marginalizam e oprimem os indivíduos e comunidades. Freire propõe uma educação libertadora que capacita os oprimidos a reconhecerem e desafiarem as estruturas de poder opressivas. Fanon, por sua vez, explora as dinâmicas psicológicas e sociais do colonialismo e da descolonização, destacando a importância de transformar as relações de poder que perpetuam a opressão.

Os dois educadores enfatizam a importância da luta por autonomia e emancipação como objetivos centrais de seus pensamentos. Freire vê na educação crítica e no diálogo uma ferramenta para capacitar os oprimidos a se tornarem sujeitos autônomos e agentes de transformação social. Fanon argumenta que a descolonização não é apenas uma luta política,

mas uma batalha pela reconquista da identidade e da dignidade, fundamentais para a emancipação dos povos colonizados.

Divergências entre Frantz Fanon e Paulo Freire

A partir do diálogo de Paulo Freire e Frantz Fanon no curso de Educação do Campo da UFSC, observamos também pontos divergentes entre os autores. Listaremos alguns deles que podem ser explorados:

Violência versus diálogo

Uma das principais divergências entre Paulo Freire e Frantz Fanon diz respeito à abordagem em relação à violência e ao diálogo como estratégias de enfrentamento da opressão. Frantz Fanon reconhece a violência como uma resposta legítima à violência colonial e como uma forma de reafirmar a dignidade e a humanidade dos oprimidos. Ele argumenta que a descolonização, muitas vezes, envolve um elemento de ruptura radical com as estruturas coloniais e que a violência pode ser uma necessidade histórica para alcançar a libertação.

Frantz Fanon vê a violência como uma ferramenta de resistência e uma forma de transformação radical das condições coloniais. Paulo Freire, por outro lado, propõe uma abordagem profundamente enraizada no diálogo como meio principal de conscientização e transformação social. Ele desenvolve uma pedagogia baseada na educação como prática de liberdade, o diálogo horizontal entre educadores e educandos é fundamental para a construção de um conhecimento crítico e para a capacitação dos oprimidos. Ele enfatiza a importância de uma educação que respeite a humanidade de todos os envolvidos e busque a não-violência como caminho para a transformação: “A violência de que se nutre o diálogo não é a do ‘dominar’, mas a do ‘tentar ser mais’” (Freire, 1980). Freire vê no diálogo uma prática de construção mútua de conhecimento e conscientização oposta à violência que perpetua relações de dominação.

Essas divergências refletem diferentes estratégias e filosofias sobre como alcançar a libertação e a transformação social diante da opressão. Enquanto Fanon argumenta que a violência é necessária para romper com estruturas coloniais profundamente enraizadas, Freire propõe o diálogo como um caminho para a conscientização e a emancipação dos oprimidos, promovendo uma abordagem mais pacífica e colaborativa na educação e na luta por justiça social.

Contexto de atuação

Paulo Freire desenvolveu sua pedagogia libertadora no contexto específico da América Latina, especialmente no Brasil. A obra principal dele, *Pedagogia do oprimido* (1980), foi influenciada pelas condições sociais e políticas da época no Brasil, marcada por profundas desigualdades sociais e pela luta por direitos civis. Freire estava diretamente engajado com movimentos de educação popular e com a promoção da conscientização entre os oprimidos, especialmente por meio de métodos educacionais que valorizem o diálogo e a participação.

Frantz Fanon, por outro lado, era um intelectual martinicano-francês que se concentrou, principalmente, nas questões relacionadas ao colonialismo, especialmente na África. As obras dele, como *Pele negra, máscaras brancas* (2005) e *Os condenados da Terra* (2008), exploram as dinâmicas psicológicas e sociais da colonização e da descolonização. Fanon estava profundamente envolvido com a psicologia e as consequências psicológicas do colonialismo sobre os povos colonizados, oferecendo uma análise crítica das estruturas de poder coloniais e das formas de resistência.

Relevância contemporânea

As divergências entre Paulo Freire e Frantz Fanon, em relação à relevância contemporânea, podem ser observadas principalmente nas abordagens teóricas e práticas dos autores em contextos distintos.

A pedagogia de Freire continua altamente relevante nos debates contemporâneos sobre educação crítica e emancipatória. As ideias sobre diálogo, conscientização e empoderamento dos oprimidos influenciaram profundamente práticas educacionais ao redor do mundo. Freire é frequentemente citado e estudado como referência fundamental para pensar a educação como uma ferramenta para a transformação social e para promover a justiça social em contextos diversos. Fanon, embora menos diretamente envolvido com questões educacionais formais, continua relevante pelas profundas análises acerca das dinâmicas do colonialismo, racismo e psicologia dos povos colonizados. A crítica dele à alienação cultural, à violência colonial e à necessidade de uma descolonização radical ainda ressoa em contextos pós-coloniais e em movimentos de resistência contra a opressão racial e cultural.

Movimentos sociais

Fanon reconhece a violência como uma resposta legítima à violência colonial e como um meio de reafirmar a humanidade e a dignidade dos oprimidos. Ele argumenta que a descolonização, muitas vezes, requer ação radical e rupturas significativas com as estruturas coloniais existentes. Isso inclui a defesa da violência como uma forma de resistência e libertação, especialmente em contextos em que outras formas de ação são ineficazes ou impossíveis.

Freire, embora critique as estruturas de poder e a opressão, promove uma abordagem não-violenta para a transformação social. Ele enfatiza a conscientização crítica e o diálogo como ferramentas principais para capacitar os oprimidos a compreenderem e mudarem suas realidades. Freire vê a educação como um caminho para a organização coletiva e para a ação política consciente, sempre por meio de métodos pacíficos e de respeito mútuo.

Movimentos sociais contemporâneos, como o *Black Lives Matter*, ecoam as preocupações de Fanon acerca da desumanização e da violência estrutural. As ideias de Freire sobre conscientização e organização comunitária inspiram movimentos de base que buscam justiça social e emancipação.

Conclusão

O diálogo com Frantz Fanon e Paulo Freire nas aulas de Relações Étnico-Raciais no curso de Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina é essencial por várias razões, dentre as quais mencionamos aqui. Ambos os pensadores oferecem análises profundas das dinâmicas de poder, opressão e resistência. Fanon traz uma perspectiva única sobre as experiências coloniais e pós-coloniais, enquanto Freire foca na conscientização crítica e na emancipação dos oprimidos pela educação.

As obras utilizadas e referenciadas no texto permitem aos/as estudantes situar as práticas educacionais dentro de contextos históricos e sociais específicos especialmente relevantes para o contexto da realidade do campo, das águas, das florestas e da população das periferias urbanas onde a marginalização e a exclusão ainda são realidades persistentes.

Paulo Freire desenvolveu uma pedagogia centrada no diálogo e na problematização que pode ser adaptada para promover a conscientização e a participação ativa dos/das estudantes do campo na construção do próprio conhecimento e na transformação de suas realidades sociais.

As reflexões de ambos os pensadores ajudam a enfrentar os desafios específicos enfrentados pela educação do campo, como o acesso limitado à educação de qualidade, a marginalização cultural e a luta por direitos territoriais e ambientais. Além disso, há o fato que, ao integrarmos as perspectivas de Fanon e Freire, podemos inspirar práticas pedagógicas que não apenas capacitam os/as estudantes do campo a enfrentar desigualdades estruturais, mas busca engajá-los em movimentos sociais que buscam justiça social, étnica e de gênero.

Referências

- CALDART, R. S. Sobre educação do campo. In: SANTOS, C. A. (org.). **Educação do campo:** campo – políticas públicas – educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008.
- CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009. DOI 10.1590/S1981-77462009000100003. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2024.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, F. **Os condenados da Terra**. Tradução de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 28. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2001.
- MOLINA, M. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Rev. Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015. DOI 10.22294/eduper/ppge/ufv.v6i2.665. Disponível em:
<https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6809>. Acesso em: 17 set. 2024.

Submetido em 22 de junho de 2024.

Aprovado em 1º de agosto de 2024.